

## **Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA: uma etnografia retrospectiva<sup>1</sup>**

Sónia Vespeira de Almeida  
ISCTE/CRIA/CEEP  
sonia.almeida@fcs.unl.pt

### **I.**

Num outro momento (ver Almeida, 2002), ao problematizar o modo de relação da Antropologia portuguesa e sobre Portugal com a conjuntura do 25 de Abril de 1974, identifiquei aquilo que designei de “inibição antropológica” perante o processo de transição para a democracia em Portugal. Ao percorrer a história da Antropologia desde a segunda metade da década de 70 do século XX justifiquei este afastamento pelos interesses temáticos e metodológicos da própria disciplina, que se caracterizou pela resistência à mudança social e pela “frigorificação” do mundo rural (Cabral, 1981:137), e ainda, na esteira de Boaventura Sousa Santos (1984), por este período constituir um “lugar de afectos” para uma determinada geração de investigadores.

Passados 25 anos da revolução de 1974, propus-me fazer uma etnografia retrospectiva no quadro da minha investigação de doutoramento sobre os usos da ruralidade na transição democrática portuguesa tomando como corpo empírico as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do Movimento das Forças Armadas (MFA). Coordenadas pela Comissão Dinamizadora Central (CODICE), estrutura da 5ª Divisão do EMGFA (Estado-Maior General das Forças Armadas), esta iniciativa incidiu no norte e centro interior de Portugal durante os anos de 1974 e 1975, mais especificamente nas zonas de agricultura familiar<sup>2</sup>.

Através das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, o mundo rural foi confrontado com novas discursividades sobre o país, procurando esta iniciativa legitimar e conquistar a adesão das

---

<sup>1</sup> Este texto inscreve-se na minha investigação de doutoramento em Antropologia financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência e Ensino Superior e pelo Fundo Social Europeu, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio. Retoma algumas ideias desenvolvidas em Almeida (2002).

<sup>2</sup> Para uma caracterização mais detalhada desta iniciativa ver Almeida (2007).

comunidades camponesas para o projecto revolucionário<sup>3</sup>, articulando, deste modo, a dimensão nacional da revolução com a sua dimensão local. Esta iniciativa colocou, assim, em diálogo a “grande tradição” nacional e a “pequena tradição” local, para utilizar a célebre formulação de Robert Redfield (1989 [1956]).

Neste sentido, a minha pesquisa privilegiou dois ângulos de abordagem. Por um lado, procurei interpelar as construções discursivas daqueles que foram protagonistas das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, no sentido em que foram decisores, autores e executantes de um projecto delineado à escala nacional. Estes foram concebidos como intérpretes de um país a que se procurava dar visibilidade ocupando para o efeito um “território” privilegiado (Bauman, 1989 [1987]:9) para a formulação e transmissão de imagens sobre Portugal, e mais especificamente sobre o mundo rural. Por outro, analisei a memória desta experiência em algumas das localidades percorridas pela Dinamização Cultural, nomeadamente no período posterior ao 11 de Março de 1975<sup>4</sup>, interrogando a forma como as Campanhas foram recebidas e interpretadas pelas populações, dando-se legibilidade ao espectro de posições assumidas, isto é, às “múltiplas vozes” (Brettell, 1992:198), por vezes convergentes, por vezes discordantes sobre este acontecimento. Seguindo Brettell (1992):

*We forget that a society is made up of a multitude of voices. Too often, when the events of 1974 that overthrew forty-eight years of a political dictatorship in Portugal are discussed, it is from the perspective of those who were at the center of activity – the military men, the leaders of newly formed or reactivated political parties, the technocrats, etc. And yet, this so-called revolution has affected the lives of all Portuguese citizens both home and abroad, and their*

---

<sup>3</sup> Para além da componente militar, a CODICE contou com a colaboração de diferentes intelectuais oriundos das mais diversas áreas culturais: artes plásticas e gráficas, teatro, cinema, música, literatura, dança e circo. Também os sectores do desporto e da agricultura assumiram uma significativa relevância no quadro das campanhas, em articulação com a Direcção-Geral dos Desportos e com o Ministério da Agricultura respectivamente.

<sup>4</sup> Inicialmente itinerantes, as Campanhas a partir desta data apresentam uma nova tipologia de acção privilegiando um contacto mais duradouro com as populações, instalando os seus centros directores nas sedes de concelho. Optou-se, então, pela escolha de terrenos que constituíram o itinerário da Dinamização Cultural neste período nomeadamente no quadro da “Operação Beira Alta”, com início a 19 de Março de 1975, e da campanha “Maio-Nordeste”, cuja primeira fase começou a 17 de Maio de 1975, decorrendo o trabalho de campo extensivo em algumas localidades dos seguintes concelhos: Bragança, Macedo de Cavaleiros, São Pedro do Sul, Castro Daire, Cinfães e Sernancelhe.

*interpretations of the outcome are varied and equally important. (Brettell, 1992:198).*

Este artigo procura examinar as diferentes etapas de um fazer etnográfico no qual a categoria de tempo é dominante. Marshal Sahlins, parafraseando Clifford Geertz em *The social history of an Indonesian town* (1961), partilha da concepção de que um acontecimento constitui uma actualização única de um fenómeno geral (1988 [1985]:9), é uma experiência que assume relevância num contexto socio-cultural específico. É neste sentido que as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA adquirem um carácter particular, na medida em que mobilizaram e seduziram militares e alguns sectores da sociedade civil em torno de um projecto para Portugal.

## 2.

Uma das primeiras inquietações que surpreenderam esta investigação foi a quase inexistência de bibliografia sobre a temática eleita. Isto afigurava-se paradoxal na medida em que esta iniciativa na época tinha sido alvo de uma cobertura mediática intensa<sup>5</sup>, surgindo agora como uma experiência pouco reconhecida e que tinha tido como protagonistas os “derrotados da revolução”<sup>6</sup>, podendo ser situada naquilo que designo como “infantilização” do processo revolucionário, isto é, como se o 25 de Abril fosse um excesso que a História teria permitido (Trindade, 2004), constituindo a Dinamização Cultural uma das dimensões dessa excessividade revolucionária.

Ao contrário da situação identificada por Joaquim Pais de Brito em Rio de Onor, pautada pela ampla biografia desta aldeia transmontana a que o autor chamou de “efeito de Rio de Onor” (1996:19), as Campanhas surgiam na nossa contemporaneidade como uma experiência fragilizada, como um não acontecimento. A dissonância entre o passado e o presente

---

<sup>5</sup> As diferentes campanhas foram noticiadas assiduamente nos jornais nacionais muitas vezes na primeira página. Para além de entrevistas aos responsáveis da CODICE, alguns periódicos publicaram reportagens aprofundadas sobre os trabalhos realizados e em simultâneo desvelavam as diferentes carências do país. Disto é exemplo as 15 reportagens de Mário Contumélias (texto) e Rui Homem (fotografias) sobre campanha “Maio-Nordeste” publicadas no *Diário de Notícias* entre 30 de Maio e 19 de Junho 1975.

<sup>6</sup> Ao interrogar os contrastes nas atitudes relativamente ao passado em diferentes culturas Peter Burke afirma: “Diz-se muitas vezes que a história é escrita pelos vencedores. Poderia também dizer-se que a história é esquecida pelos vencedores. Podem permitir-se esquecer, enquanto os derrotados são incapazes de aceitar os acontecimentos e estão condenados a meditar sobre eles, a reviver-los e a imaginar quão diferentes poderiam ter sido.” (1992:246).

caracterizou, assim, a fase inicial do processo de construção das etnografias, talvez porque, na esteira de Connerton “o controlo da memória de uma sociedade condiciona largamente a hierarquia do poder” (1993:1). De facto, o 25 de Abril de 1974 e a mobilização popular que se lhe seguiu configuraram um momento anómalo (Palacios, 2003:20) que “os discursos sempre tinham garantido não fazer parte da natureza do povo português” (Trindade, 2004:31).

Confrontei-me, então, com aquilo que Arlette Farge (2002:72) denominou de trabalhar sobre o “minúsculo”, onde as palavras ditas, as declarações aos jornais, os registos áudio e os documentários produzidos na época permitiam aceder ao acontecimento. Tal como Sahlins, defendo que todo o acontecimento funda uma relação entre histórias de vida singulares e a história da existência das sociedades (1988 [1985]:108). E, de facto, estes fragmentos eram possuidores de coerência, permitindo identificar modos de apropriação da realidade e aceder ao contexto socio-político da experiência que me propunha estudar. Ao “minúsculo” associava-se a efemeridade de um acontecimento<sup>7</sup>, que se encontrava espartilhado entre duas temporalidades, entre um antes e um depois, alvo de grande projecção ideológica.

Desta forma, a inquietação inicial transformou-se num dos principais desafios da investigação que consistiu no processo de construção das etnografias face à peculiaridade de um objecto de estudo que “não era como os outros” (Gruénais, 1997:89). A sua singularidade derivava não só do facto de trabalhar sobre um tempo pretérito, mas também de serem os discursos produzidos no presente etnográfico por aqueles que protagonizaram esta iniciativa o objecto de estudo e não as suas práticas quotidianas.

Desenvolvi uma “etnografia por recuo”, assumindo a memória, enquanto fonte, um papel axial (Fentress e Wickham, 1992:14). O facto de não partilhar ou “participar” da experiência que estudava apelou, deste modo, à reconfiguração das metodologias utilizadas, na qual o recurso aos métodos da Antropologia e da História foi apontado pelo próprio objecto de estudo, o que conduziu à reunião de uma multiplicidade de testemunhos: documentos escritos, registos sonoros, fotográficos e registos audiovisuais.

---

<sup>7</sup> Apesar de algumas equipas permanecerem no terreno até ao início de 1976, como é o caso da equipa que trabalhou em Castro Daire, oficialmente as Campanhas tiveram a duração de um ano, um mês e um dia, de 25 de Outubro de 1974 até 26 de Novembro de 1975, data de extinção da CODICE.

Em 1999, data de início do trabalho de terreno, confrontei-me com um “segundo 25 de Abril” (Santos, 1984:45) que era o do tempo presente da minha investigação, o que me levou a adoptar a designação de “etnografia retrospectiva” em detrimento de etnografia histórica, uma vez que o passado é conceptualizado e trabalhado pelos meus interlocutores a partir de um tempo presente. Como afirmou Halbwachs (1971 [1941]): “Le passé devient en partie le présent: on le touche, on est en contact direct avec lui.” (1971 [1941]:1). Na esteira deste autor, agora em *La Mémoire Collective* (1968 [1950]), o acto de recordar é concebido como uma “reconstrução”, sublinhando a ideia de que a memória produz um tipo específico de representação do passado:

*le souvenir est dans une très large mesure une reconstruction du passé à l'aide de données empruntées au présent, et préparée d'ailleurs par autres reconstructions faites à des époques antérieures et d'où l'image d'autrefois est sortie déjà bien altérée. (Halbwachs, 1968 [1950]:57).*

A investigação partiu de *discursos*, de formas de representação do mundo que procuravam ser eficazes no seu “campo de produção” (Bourdieu, 1989) na tentativa de legitimar um projecto político. Estes foram produzidos por um conjunto de pessoas que se encontravam relacionadas entre si por uma experiência ocorrida há cerca de três décadas, produzindo hoje narrações sobre o passado. Na linha de Valcuende del Rio e Narotzky (2005), concebo a memória na sua pluralidade e no seu carácter processual. Nas palavras dos autores:

*De las memorias individuales, familiares, colectivas, sociales, a la memoria histórica, la memoria oficial, la memoria hegemónica se van tejiendo tramas discursivas, estructuras de significación del pasado distintas, a veces articuladas, a veces incommensurables y cerradas, a veces en conflicto. Y por outro lado, en paralelo o en constante intersección la Historia, o las historias, de nuevo en plural, como ciência del pasado desde el presente, o bien como ciência del pasado desde el futuro. (Valcuende del Rio e Narotzky, 2005:9)*

Ao lidar com as questões da memória, e mais especificamente com a memória individual, contra mim conspiraram, por vezes, a resistência em recordar e o esquecimento, intencional ou não. Alguns dos entrevistados, nomeadamente aqueles com posições de destaque no quadro da CODICE mas que a sua história de vida os afastou do espectro ideológico no qual as Campanhas se situaram<sup>8</sup>, ofereceram alguma resistência em recordar,

---

<sup>8</sup> Conotadas com uma forte presença de intelectuais de esquerda e de militares afectos ao Partido Comunista Português (PCP), as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA foram um espaço de manipulação partidária dos diferentes flancos do

fazendo, contudo, um esforço para não obstar a investigação no sentido em que facilitaram o contacto com outras pessoas que “se lembrariam melhor”. Outros procederam à crítica da metodologia adoptada, destacando o carácter subjectivo da história oral. Revelavam, ainda, alguma preocupação face a imprecisão da sua própria memória, receosos de não reproduzir com exactidão a experiência que eu instava a recordar. Em algumas situações não foi fácil explicar que o enfoque da pesquisa residia não tanto na restituição do acontecimento, mas no facto de as Campanhas permitirem aceder a uma versão de Portugal que se pretendia colocar em circulação naquela conjuntura histórica.

Maurice Halbwachs reitera que cada memória individual espelha “um ponto de vista sobre a memória colectiva” (1968 [1950]:33), enformando uma intersecção de correntes de pensamento. O autor apresenta uma distinção entre estes dois tipos de memória, enfatizando que só se constrói uma memória a partir de um universo comum de referências, isto é, enquanto membro de um colectivo, concepção cristalizada na sua célebre formulação sobre “quadros sociais da memória” (1994 [1925]).

As teorizações de Halbwachs continuam a influenciar os estudos contemporâneos sobre esta temática<sup>9</sup> e o seu contributo foi, de facto, fulcral para o distanciamento relativo a uma concepção biológica da memória que, a partir de então, passou a ser perspectivada de um ponto de vista social e cultural. Contudo, a ênfase colocada na dimensão colectiva da memória<sup>10</sup> remetia para uma zona de sombra as memórias individuais, isto é, a interpretação individual de determinada experiência que constituía uma dimensão fundamental nesta pesquisa. A maioria da bibliografia que trabalhava era discípula de Halbwachs, tendo lido textos onde, por exemplo, a memória individual era considerada uma “fonte muito imperfeita do conhecimento histórico”, ao passo que a “memória colectiva era infinitamente valiosa” (De Romilly, 2002:43).

---

espectro político que aproveitavam os seus sucessos e insucessos para se posicionarem face ao próprio processo de transição política. Apesar da ingerência do PCP, sobretudo no período subsequente ao 11 de Março de 1975, apontada por alguns entrevistados, a presente investigação permitiu apurar, também, que as Campanhas foram o resultado da confluência de projectos individuais (com modelos inspiradores variados) e colectivos. Foram sendo reformuladas ao longo da sua vigência, de acordo com a experiência e conhecimento das realidades que se propuseram transformar, como também foram o espelho do próprio rumo da revolução.

<sup>9</sup> Para o caso português ver Godinho 2001.

<sup>10</sup> A tensão teórica entre memória individual e colectiva é discutida por Anna Green (2004).

A contrariar esta tendência Fentress e Wickham (1992) sublinharam o papel de menoridade atribuído à memória individual afirmando:

*[...] um importante problema que se depara a quem quer que pretenda seguir Halbwachs neste campo é o de elaborar uma concepção de memória que, sem deixar de prestar plena justiça ao lado colectivo da vida consciente de cada um, não faça do individuo uma espécie de autómato, passivamente obediente à vontade colectiva interiorizada. (Fentress e Wickham, 1992:7)*

Já Crane (1997) concilia as “duas memórias” ao defender que a memória colectiva é uma expressão da consciência histórica que deriva dos indivíduos:

*[...] we all know that groups have no single brain in which to locate the memory function, but we persist in talking about memory as «collective», as if this remembering activity could be physical locate. We may speak, with Jacques Derrida, of «traces»; Nora identifies «sites» [...]. None of this, however, addresses the fact that collective memory ultimately is located not in sites but in individuals. All narratives, all sites, all texts remains objects until they are «read» or referred to by individuals thinking historically. (Crane, 1997:1381).*

Na mesma linha Green ao evocar a obra *O Queijo e os Vermes* (1989 [1976]) de Carlo Ginzburg, que centrada na figura de Menocchio, um moleiro de Friuli, permitiu o estudo da cultura camponesa da Europa pré-industrial do século XVI, enfatiza a importância dos trajectos pessoais e a forma como os indivíduos negociam e competem por ideias e espaços no seio dos discursos dominantes (2004: 43). Combinando as perspectivas da antropologia social e da psicologia cognitiva e problematizando a transmissão de uma memória não linguística, Maurice Bloch (1998) refuta, também, o primado do colectivo nas análises da memória, partindo do exemplo concreto da recordação de uma insurreição ocorrida em 1947 em Madagáscar. Não esquecendo Halbwachs, assevera que a memória é social no sentido em que é transmitida, contudo, esta transmissão constitui um processo psicológico individual que este pensador terá negligenciado.

Nesta linha, importa sublinhar que os protagonistas entrevistados no decurso do trabalho de campo rememoravam enquanto elementos de um colectivo formalmente inexistente, isto é, o MFA, a CODICE já não existem. Sendo as Campanhas uma iniciativa projectada à escala nacional<sup>11</sup>, apesar de na prática ter privilegiado a “ruralidade a norte”,

---

<sup>11</sup> As campanhas foram fundadas através do *Programa de Dinamização Cultural e Esclarecimento Político*, apresentado em Lisboa no dia 25 de Outubro de 1974. Este documento enfatizava a importância de actuar em “todos os lugares” e “levar as nossas

alguns dos entrevistados nunca se conheceram, apesar de terem participado na mesma experiência em zonas diferentes do país. Era um “nós” desagregado e fragmentado que emergia nos seus discursos. Por vezes, não existia uma versão acordada sobre o passado porque o acto comunicacional fora interrompido ou nunca existira. Deparei-me com memórias dissonantes<sup>12</sup>, sobre as quais Halbwachs não se debruçou nos seus trabalhos, tal como mostrou Green (2004:36). Esta última salienta, ainda, que as concepções deste autor são moldadas pela óptica funcionalista, na qual a memória é concebida como um mecanismo de união dos grupos e de consolidação da sua identidade, ignorando, neste sentido, as memórias em conflito. Assim, as memórias que não entravam em linha de acordo com o grupo tenderiam gradualmente a desaparecer (Green, 2004:38).

Tal como Godinho, e no trilha de Halbwachs (1994 [1925] e 1968 [1950]), “é a partir das vivências actuais que os acontecimentos do passado são enquadrados, e por outro lado, as cicatrizes do tempo ido emergem do olhar lançado retrospectivamente da actualidade” (2001:22). Neste sentido, a memória constitui um fenómeno contemporâneo, uma experiência vivida, ao passo que a história encerra a preservação dessa experiência (Nora, 1984: xix; Crane, 1997:1375).

### 3.

Como defende Caria uma metodologia é “uma construção estratégica”, que combina teoria e experiências para perscrutar um objecto específico

---

vozes, levar as ferramentas que permitam interessar todos os portugueses na construção do país” (RDP – Arquivo Histórico, AHD5847 – faixa 5, 25/10/1974), tal como referiu Ramiro Correia, um dos principais mentores desta iniciativa. Foram constituídas, a partir das as regiões militares do país – região militar norte, centro e sul –, as Comissões Dinamizadoras Regionais, Distritais e Concelhias que se articulavam com a CODICE, que assumia a coordenação central.

<sup>12</sup> A dissonância é particularmente evidente nas alusões à génese das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA nas quais militares e sector civil da CODICE disputam a “autoria” desta iniciativa. As diferentes narrativas são reveladoras da tentativa de comunicação do papel que cada interveniente desempenhou, constituindo um veículo de legitimação da posição assumida. E aqui a memória desempenha um papel axial. De facto, as construções discursivas da época caracterizam-se por um consenso relativamente às contribuições do sector militar e civil na criação do projecto. Já a memória dos diferentes actores que desempenharam posições de destaque, nomeadamente no aparelho do Estado e no sector militar, é marcada por posicionamentos diferenciados relativamente a esta questão, chamando a si o protagonismo no processo de gestão das Campanhas.

(2003:9), sendo a relação estabelecida “entre antropólogos e nativos [...] uma relação de sentido, de conhecimento” (Cunha, 2005:7). Ao “etnografar” as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA recorri a uma “estratégia múltipla” (Burgess, 1997), relacionando vários métodos de pesquisa. Deste modo, o processo de construção das etnografias desenvolveu-se em três etapas distintas preparadas e executadas sequencialmente.

A referida invisibilidade que caracterizava esta iniciativa apelou a um vasto trabalho de pesquisa em arquivos (públicos e privados), o que me conduziu, no trilha de Mary des Chene (1997), a perspectivar o arquivo como um terreno antropológico e os “documentos e os seus autores como interlocutores”<sup>13</sup> (1997:77).

O repto desta autora convocou para debate uma questão tensa, ainda timidamente problematizada pela Antropologia que se centra na identificação da pesquisa em arquivos com as práticas antropológicas, entre as quais a produção de etnografias. Na medida em que os arquivos se transformam em objecto de interesse para os antropólogos, nomeadamente nos últimos anos com as abordagens aos contextos coloniais e pós-coloniais, importa que a Antropologia estabeleça uma reflexão metodológica sobre estas instituições que canonizam, congelam e classificam o conhecimento de que os Estados necessitam (Dirks, 2001:107). Contudo, como afirma Frehse (2005):

*Realmente não se pode obliterar que, quando o arquivo é o campo da pesquisa, o antropólogo é levado a uma dinâmica de levantamento de dados bem diferente. E isso não somente pelo fato de ser impossível para o antropólogo o contato físico com os sujeitos que lhe interessa compreender, mas também porque o seu contacto com a documentação, via indirecta de acesso aos seus “nativos”, está sujeita a não poucas interferências externas<sup>14</sup> ao trabalho de campo propriamente dito. (Frehse, 2005:135).*

Note-se, que o material histórico tinha sido tradicionalmente perspectivado pela Antropologia como complemento do trabalho de terreno, provocando alguma inquietação colocá-lo no centro da construção das “etnografias”, tornando o papel do antropólogo equívoco uma vez que por um acto de fundação epistemológico parecia que teríamos optado pela oralidade em prejuízo da escrita (Fabre, 2001:13). O

---

<sup>13</sup> Tradução minha.

<sup>14</sup> A autora refere-se especificamente aos horários predeterminados pelas instituições e à interferência da técnica, no caso de microfilmagens ou outros suportes de apresentação dos materiais.

arquivo passou a ser um dos espaços de investigação dos antropólogos reenviando para uma concepção de terreno que se distancia do paradigma *malinowskiano*, isto é, da recolha antropológica clássica centrada em testemunhos orais e nos contextos locais da sua produção. Como afirmam Cunha e Castro (2005):

*Nos 80 anos decorridos desde a publicação de Argonautas, os “primitivos” deixaram de ser tão “primitivos” – deixaram de ser povos sem documentos, característica que então os diferenciava dos ocidentais. [...] Além disso, a antropologia deixou de se interessar pelos “primitivos” e passou a interessar-se também pelos povos “ocidentais”, com os seus arquivos e patrimónios documentais já constituídos. (Cunha e Castro 2005:4)*

De facto, nesta investigação pesquisa documental revelou-se basilar não assumindo, portanto, um lugar periférico. Numa relação de articulação com outra ordem de registos, permitiu uma aproximação mais rigorosa à temática em estudo e aos contextos de produção das construções discursivas sobre a ruralidade na transição democrática, acautelando uma preparação mais precisa das fases subsequentes da investigação: as entrevistas em profundidade (Olabuénaga, 1996:166) e o trabalho de campo extensivo.

Nesta etapa da pesquisa importa, ainda, destacar a importância dos arquivos particulares. Os diferentes documentos pessoais dos entrevistados constituíram uma fonte insubstituível permitindo aceder e contextualizar a dimensão local das Campanhas, dados que de outro modo dificilmente conseguiria reunir.

As fontes escritas foram essenciais para a cartografia das diferentes acções realizadas no quadro das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA, permitindo traçar de forma mais consolidada o trajecto orientador do trabalho de terreno extensivo.

A segunda fase da metodologia corresponde à realização de entrevistas em profundidade junto daqueles que foram os protagonistas da Dinamização Cultural do MFA, na qual a história oral foi a opção tomada. As entrevistas de carácter retrospectivo (Thompson, 1993 [1983]) decorreram entre 1999 e 2006. Recorri à utilização de uma “amostragem em bola de neve” (Burgess, 1997) que implicou partir de um grupo restrito de informantes a quem solicitei que me pusesse em contacto com outros de modo a poder constituir uma expressiva rede de interlocutores que subsequentemente entrevistaria. Este procedimento de amostragem foi o reflexo de um padrão de relações sociais num contexto

específico e, neste sentido, “a população da amostra envolve[u] indivíduos e relações entre indivíduos”<sup>15</sup> (Coleman cit in Burgess, 1997:59). De facto, o universo de entrevistados não foi definido previamente, resultou, como afirmou Lima, do “resultado de um conjunto de sortes e azares” (2003:22).

A utilização desta ferramenta de investigação originou alguma inquietação, na medida em que foi difícil abandonar a ideia da deslocação espacial e da observação presencial como condição para a construção de uma “verdadeira” etnografia entendida a partir dos pressupostos lançados por Malinowski (1984 [1922]).

Ao contrário de uma investigação anterior sobre as estratégias de reprodução social numa pequena comunidade beirã (ver Almeida, 1996) onde acompanhava as tarefas diárias ou me dirigia com alguma autonomia aos espaços privilegiados de sociabilidade, esta pesquisa exigiu o recurso a uma rede de conhecimentos e o acesso aos sujeitos etnográficos foi, por vezes, muito moroso. Também anulou a sensação de autonomia e de “mobilidade” na recolha dos dados, na medida em que o “encontro etnográfico” foi, na maioria das vezes, controlado pelos entrevistados no sentido em geriam com clareza a informação que pretendiam partilhar, realizando-se as entrevistas em lugares e datas por eles sugeridos. As situações de interacção que estabeleci com os protagonistas da Dinamização Cultural poderão ser definidas como “encontros formais de entrevista” (Lima, 2003:35).

Em *The Voice of the Past* (1989 [1978]), no capítulo dedicado à entrevista, Thompson alude ao estudo de Thomas Reeves sobre os intelectuais liberais americanos. Este investigador lidava com o problema da falta de tempo dos entrevistados e com uma forte exigência dos mesmos face ao conhecimento que ele possuía deles próprios, facto que conduziu a uma preparação cuidadosa da entrevista. Thompson reitera, contudo, que informantes tão exigentes eram raros. Para mim não foram. Também eu me confrontei com estas questões, a falta de tempo, a exigência e a avaliação do meu conhecimento histórico sobre a transição democrática portuguesa e sobre eles próprios. Neste sentido, optei pelas “specific, highly-informed questions” (Thompson, 1989 [1978]:197) alicerçadas no trabalho documental realizado na etapa anterior.

---

<sup>15</sup> Itálico no original.

As Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA foram um movimento conturbado, tendo sido objecto de inúmeras críticas e oposições, tendo marcado de forma indelével as trajectórias daqueles que as protagonizaram.

Para alguns dos “dinamizadores”, a entrevista proporcionou a reconciliação com um “passado traumático”, possível de ser lido não só nas referências às perseguições de que foram alvo no 25 de Novembro de 1975, como também nos casos em que o choro emergiu na descrição de uma ruralidade plena de adversidades. Tal aconteceu durante a entrevista a Geraldo Lourenço. Enquanto praça da armada participou na “Operação Castelo Branco” que decorreu entre 24 de Janeiro e 2 de Fevereiro de 1975. Sentado junto da mesa da sua sala de jantar, a recordação da experiência vivida é feita com grande comoção:

*A campanha no terreno começava assim: de manhã visitávamos as escolas primárias. Tenho histórias das escolas primárias... Se eu fosse falar delas... Assistimos a coisas perfeitamente incríveis. Nem queira saber! Ainda hoje quando falo nelas fico comovido.[...] Naquela zona de Oleiros, Sertã, Vila de Rei [...] é uma zona de muitos pinheiros e também de imensos medronhos. E então toda aquela gente fazia aguardente de medronho, que é uma aguardente extraordinária, tinham alambiques, eram técnicos perfeitos a fazer aquilo, já vinha dos seus avós. Mas sendo uma potencial riqueza que eles tinham, era a morte cerebral da maior parte daquelas pessoas, e foi isso que me comoveu. // Quando nós íamos às escolas e víamos as professoras a ensinar os miúdos a ler. As professoras perguntavam-nos: - Que idade é que vocês dão a estes miúdos. // - Seis, sete anos. // - Não, este tem catorze e este tem quinze. // Completamente atrofiados. E sabe porquê? Porque aquela gente levantava-se de manhã. Os pais tinham emigrado, deixavam os filhos entregues aos avós e as pessoas viviam do que lhes dava o campo. E as avós iam para o campo e tinham que levar os miúdos dentro de canastras, que eram um tipo de berço que eles usavam naquela altura. E os miúdos choravam porque as comodidades não eram boas, porque se calhar até tinham fome, estavam mal alimentados e, então eles usavam uma técnica para calar as crianças. Pegavam num bocadinho de pano branco, chamavam-lhe uma trouxa, e punham um bocadinho de açúcar dentro e metiam aquilo na boca da criança a chorar, mas primeiro embebiavam em aguardente. E as crianças ficavam alcoolizadas.[...] Oh! E aquelas crianças nunca foram nada. Nem cresciam, nem física, nem intelectualmente.<sup>16</sup>*

Para outros, constitui uma forma de reposição da sua versão dos acontecimentos, um momento de ajuste contas com a história nacional e oficial que desvalorizou esta experiência, descrita por Vasco Gonçalves

---

<sup>16</sup> Cassete n.º 28, 2002.

como “o período que gostei de viver”<sup>17</sup> ou, ainda, nas palavras de Modesto Navarro “uma grande experiência da minha vida”<sup>18</sup>.

Importa sublinhar que a necessidade de fixar o acontecimento era recorrente nos discursos de quem protagonizou as Campanhas, afirmando uns que já tinham equacionado escrever um livro, e outros adiavam o projecto, tencionando escrever “quando fossem mais velhos”. Mas é a urgência na transmissão da memória que é mais enfatizada. Um dos colaboradores do sector do Teatro da CODICE, afirma em tom de agradecimento:

*Agradeço-lhe imenso a sua ideia de vir estudar este assunto, para que os jovens possam ter hoje consciência de que o 25 de Abril não foi um dia, foram muitos anos antes e muitos anos depois e continuará a ser muitos anos de luta pela democracia. Não há qualquer hipótese de travar o processo democrático mas há formas, digamos, de paralisá-lo ou de diminuir a intensidade do desenvolvimento do povo e do desenvolvimento do interior. Tenho a sensação que há 30 anos lutámos com a vida por isso.*<sup>19</sup>

A entrevista constituiu, assim, um momento de valorização e legitimação “vinda de fora”. Confrontei-me com uma memória injustiçada, uma memória dos derrotados uma memória marginal que circulava entre um grupo restrito de indivíduos, que era o resultado da minha amostra “em bola de neve” construída ao longo da investigação. Neste sentido, Conceição Lopes, uma das colaboradoras da CODICE afirma:

*As Campanhas de Dinamização Cultural do MFA foi um assassinio deliberado. Acho que não havia o direito de o fazer. Houve erros com certeza que houve [...]. Agora os erros que houve foram nitidamente de circunstância e pontuais, não são nada. Relativamente aos erros que se falam, eu não partilho nada dessa convicção dos erros. Acho que o saldo foi muito positivo. Mas vivemos num país com as suas contradições em termos de poderes organizados, aliás já há história feita sobre isso, [há] vários olhares sobre as coisas, é preciso ter um olhar, não é um olhar neutro, o olhar de quem viveu isso por dentro e sem mentiras, porque há muitas mentiras [...]. Não se tratava de mobilizar as pessoas, mas com elas construir uma atitude diferente. Por cem anos que eu viva isto foi das coisas mais bonitas, porque não se fez só num sítio, numa colectividade, era um país que estava a fazer, em zona muito difíceis, as zonas mais votadas ao abandono, não estamos a falar do Alentejo onde já havia uma consciência colectiva, política, crítica, estamos a falar de zonas votadas ao abandono por 48 anos de fascismo. Existiu e tinha as suas estratégias.*<sup>20</sup>

---

<sup>17</sup> Cassete n.º 6, 2000.

<sup>18</sup> Cassete n.º 5, 2000.

<sup>19</sup> Cassete n.º 10, 2000.

<sup>20</sup> Cassete n.º 9, 2000.

Do grupo dos entrevistados, uns mantiveram as relações de amizade estabelecidas a partir da sua participação nas Campanhas, outros mantêm um vínculo mais sólido conferido pela militância no Partido Comunista Português e pela pertença à Associação 25 de Abril, onde através dos encontros comemorativos actualizam a memória daquele tempo. Outros há que perderam o contacto entre si ou que nunca se conheceram.

Finalmente, a terceira fase de recolha etnográfica corresponde à realização de trabalho de terreno extensivo junto de algumas comunidades dos distritos de Viseu e Bragança, destinatárias das Campanhas de Dinamização<sup>21</sup>. Procurou-se interrogar como é que aqueles que foram o mote desta iniciativa a receberam e interpretaram num momento caracterizado por uma intensa *desruralização*.

Walter Benjamin em *Theses on the Philosophy of History* (1940) atesta que qualquer imagem do passado, que o presente não reconheça como sua, tende a ser irrecuperável (cit in Sekula, 200:181). Quando realizei em 1999 as primeiras incursões no terreno, percorri algumas aldeias da freguesia de Covas do Rio no concelho de São Pedro do Sul (distrito de Viseu), que fizeram parte do itinerário do MFA no âmbito da campanha “Beira Alta”. Comecei por Covas do Monte, onde havia realizado trabalho de campo alguns anos antes e também porque em Correia *et al* (s/d-a) vinha referido que ali foram efectuadas “reuniões de aldeia semanalmente” e que era a “necessidade de um fontanário e a conclusão de uma estrada [...] que mobiliza[va] a população” (Correia *et al*, s/d-a: 114). Quando perguntei a uma das habitantes desta povoação se recordava a presença dos militares e a abertura da estrada na sede de freguesia há 24 anos atrás, respondeu-me: “eles ainda cá andaram em Abril”. De facto, as respostas que fui obtendo aproximavam-se da formulação de Benjamin, isto é, como se a imagem do passado, que eu ali construía verbalmente não fosse reconhecida pelos habitantes.

Deste modo, reformulei o projecto inicial. Tendo equacionado estadias prolongadas, o início do trabalho de terreno revelou que esta metodologia não era a mais adequada ao objecto de estudo uma vez que a presença da Dinamização Cultural, junto das comunidades que incluiu no seu roteiro, caracterizou-se por diferentes “intensidades” resultantes do próprio processo de transição e dos diferentes posicionamentos que a CODICE nele foi assumindo. Os habitantes dos lugares, aldeias e vilas que fizeram

---

<sup>21</sup> Esta etapa decorreu entre Setembro de 2002 e Março de 2003, caracterizando-se por estadias descontínuas.

parte do roteiro das Campanhas, receberam esta iniciativa nas suas diferentes formas. Uma sessão de esclarecimento, a estadia de um médico na povoação, a construção de uma estrada ou a presença continuada das equipas de dinamização numa sede de concelho, produziram diferentes texturas da memória.

Nas questões que ia colocando ao longo desta etapa, utilizava como referente “os militares”, “o MFA”, a “5ª Divisão” ou ainda, no caso de Castro Daire, referia o nome próprio do responsável pelas acções levadas a cabo neste concelho. Por “campanhas” ou “dinamização cultural” esta experiência raramente era identificada. Ainda assim, confrontei-me com outras intensidades – as da memória – e com um campo discursivo constituído por “múltiplas vozes” que espelhavam o envolvimento de cada um nesta experiência. Se algumas pessoas não se lembravam ou emergia dos seus discursos uma memória episódica desta experiência, outras recordavam-na de forma viva e entusiasmada como Acácio, para quem “A 5ª Divisão foi a coisa mais importante que aconteceu na minha aldeia [Póvoa do Veado, Castro Daire]. Dou-lhes um grande valor!”. De um ângulo contrário, as Campanhas foram, também, objecto de apreciações negativas e de desvalorização. Para um habitante de Lamelas de Cá (Castro Daire): “Foi uma nuvem negra que passou e não deixou saudades nenhuma. Não fizeram nada de positivo, muito pelo contrário.”

Nesta fase da pesquisa recorri, também, ao sistema “bola de neve”, nomeadamente junto daqueles que localmente assumiram uma posição de destaque face à Dinamização Cultural do MFA, quer enquanto protagonistas locais, quer enquanto opositores a este projecto, realizando algumas entrevistas de profundidade à semelhança do que fiz na etapa anterior. Neste momento da pesquisa, a inquietação inicial motivada pela não deslocação espacial, foi-se atenuando. Contudo, outras questões se impuseram, nomeadamente a não ancoragem actual de alguns habitantes à localidade onde foram agentes activos no quadro das Campanhas, o que reforçou o lugar periférico da categoria de “espaço”, central na identidade da Antropologia, em detrimento da relevância da conjuntura.

#### 4.

Ao longo deste artigo reflecti sobre uma prática etnográfica que convocou as metodologias da Antropologia e da História na análise de uma das propostas da agenda revolucionária. Este trânsito de metodologias

permitiu identificar a justaposição de duas temporalidades - a do tempo relatado e a do tempo presente - nas construções discursivas dos diferentes protagonistas da iniciativa estudada, sublinhando a formulação de Halbwachs sobre a forma como a construção do passado deriva do momento presente.

Procurei contribuir para a reflexão em torno do reposicionamento metodológico da Antropologia face à proliferação de diferentes tópicos etnográficos, nomeadamente os que resultam da sua ‘historical turn’ (Yelvington, 2002:243). Neste sentido, a reflexão em torno da *etnografia* contemporânea, enquanto “método e resultado” (Sarró e Lima, 2006:19), deverá seguir Bourdieu e a sua resistência perante a tendência de fragmentação das Ciências Sociais, mobilizando todo o capital de recursos e conhecimentos no estudo de determinado facto social (Estradé, 2003:15-16).

### Bibliografia

- ALMEIDA, Sónia Vespeira de, 2007, “«A caminhada até às aldeias». A ruralidade na transição para a democracia em Portugal (1974-1975)”, *Etnográfica*, Vol. 10, N.º 1, Celta/CEAS, Maio 2007, 115:139
- ALMEIDA, Sónia Vespeira de, 2002, “Novos Olhares Sobre o Terreno. Etnografia das Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do Movimento das Forças Armadas”, *Arquivos da Memória*, N.ºs 12/13 (“Portugal 1974-1976. Processo Revolucionário em Curso”), Lisboa, CEEP (FCSH-UNL)/Colibri, 25:42
- ALMEIDA, Sónia Vespeira de, 1996, *Estratégias de Reprodução Social numa Aldeia da Beira Alta*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, policopiado, 110 pp.
- BAUMAN, Zigmunt, 1989 [1987], *Legislators and Interpreters*, Grã Bretanha, Polity Press
- BENJAMIN, Walter, 1992, *Sobre a Arte, Técnica, Linguagem e Política*, Lisboa, Relógio de Água
- BLOCH, Maurice, 1998, “Autobiographical Memory and Historical Memory of the Mores Distant Past”, Bloch, Maurice, *How we think they Think. Anthropological Approaches to Cognition Memory and Literacy*, Colorado, Westview Press, 114:127
- BOURDIEU, Pierre, 1989, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel
- BRETTELL, Caroline B., 1992, “Multiple Voices and The meaning of Revolution: a comment of the contributions of João Camilo do Santos and João Pina-Cabral”, Herr, Richard (eds.), *The New Portugal*.

- Democracy and Europe*, EUA, University of California at Berkeley, 1982:201
- BRITO, Joaquim Pais de, 1996, *Retrato de uma Aldeia com Espelho, Ensaio sobre Rio de Onor*, Lisboa, Publicações D. Quixote
- BURGESS, Robert G., 1997, *A Pesquisa de Terreno, Uma Introdução*, Oeiras, Celta Editora
- BURKE, Peter, 1992, *O Mundo como Teatro. Estudos de Antropologia Histórica*, Lisboa, Difel
- CABRAL, Manuel Villaverde, 1981, “A ética dos estudos camponeses: notas breves para uma reflexão sobre o campesinato e o seu «futuro» em Portugal”, *Revista Critica de Ciências Sociais. A Pequena Agricultura em Portugal*, 7/8, Coimbra, Dezembro, 133:148
- CARIA, Telmo H., 2003, “A construção etnográfica do conhecimento em Ciências Sociais: reflexividade e fronteiras”, Caria, Telmo H., (eds.), *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 9:20
- CONNERTON, Paul, 1993, *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta Editora
- CORREIA, Ramiro *et al*, s/d – a, *MFA, Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro
- CRANE, Susan, A., 1997, “Writing the Individual Back into Collective Memory”, *American Historical Review*, Dezembro, 1372:1385
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da, 2005, “Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos”, *Estudos Históricos*, N.º 36, Julho-Dezembro, Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas, 7:32
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da; CASTRO, Celso, 2005, “Quando o campo é arquivo”, *Estudos Históricos*, N.º 36, Julho-Dezembro, Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas, 3:5
- DE ROMILLY, Jacqueline de, 2002, “La Historia entre la Memoria Individual y la Memoria Colectiva”, Barret-Ducrocq, Françoise (eds), 2002, *Porqué Recordar*, Buenos Aires, Barcelona, México, Santiago, Montevideo, Granica, 43:46
- DES CHENE, Mary, 1997, “Locating the Past”, Gupta, Ahkil; Ferguson, James (eds.), *Anthropological Locations, Boundaries and Grounds of a Field Science*, Londres, University of California Press, 66:85
- DIRKS, Nicholas, 2001, *Caste of Mind: colonialism and the Making of Modern India*, Princeton, Princeton University Press
- ESTRADÉ, Antoni, 2003, “La fotografía retratada. Pierre Bourdieu y la captura de lo social”, Bourdieu, Pierre *et al*, *Un Arte Medio. Ensayo sobre los usos sociales de la fotografía*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 9:34

- FABRE, Daniel, 2001, “L’Histoire a change de lieux”, Bessa, Alban; Fabre, Daniel, *Une Histoire à Soi*, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l’Homme, 13:41
- FARGE, Arlette, 2002, “Penser et définir l’événement en histoire. Approche des situations et des acteurs sociaux”, *Terrain*, N.º 38, Março.2002, 69:78
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris, 1992, *Memória Social*, Lisboa, Teorema
- FREHSE, Fraya, 2005, “Os informantes que os jornais e fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado”, *Estudos Históricos*, N.º 36, Julho-Dezembro, Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, 131:156
- GINZBURG, Carlo, 1989 [1976], *O Queijo e os Vermes, O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, São Paulo, Companhia das Letras
- GODINHO, Paula, 2001, *Memórias da resistência Rural no Sul. Couço (1958-1962)*, Oeiras, Celta Editora
- GREEN, Anna, 2004, “Individual Remembering and «Collective Memory»: Theoretical Presuppositions and Contemporary Debates”, *Oral History*, N.º 2, Vol. 32, Outono, 35:43
- GRUÉNAIS, Marc-Éric, 1997, “Incertitudes ethnographiques. À propos d’une recherche sur le sida”, Agier, Michel (eds), *Anthropologues en Dangers. L’Engagement sur le Terrain*, Paris, Jean Michel Place, 89:98
- HALBWACHS, Maurice, 1968 [1950], *La Mémoire Collective*, Paris, PUF  
- 1971 [1941], *La Topographie Légendaire des Évangiles en Terre Sainte. Étude de mémoire collective*, Paris, PUF
- LIMA, Antónia Pedroso de, 2003, *Grandes Famílias, Grandes Empresas*, Lisboa, Publicações D. Quixote
- MALINOWSKY, Bronislaw, 1984 [1922], *Argonauts of the Western Pacific*, EUA, Waveland Press
- NORA, Pierre, 1984, “Entre Memoire et Histoire, La problématique des lieux”, Nora, Pierre (eds.), *Les Lieux de Memoire, La République I*, Paris, Gallimard, XVII:XLII
- OLABUÉNAGA, José Ignacio Ruiz, 1996, *Metodología de la investigación cualitativa*, Bilbao, Universidad de Deusto
- PALACIOS, Diego, 2003, *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais
- REDFIELD, Robert, 1989 [1956], *The Little Community and Peasant Society and Culture*, Chicago, University of Chicago Press
- SAHLINS, Marshall, 1988 [1985], *Islas de historia*, Barcelona, Gedisa Editorial

SANTOS, Boaventura de Sousa, 1984, “A Crise do Estado e a Aliança Povo/MFA em 1974-1975, *Seminário 25 de Abril 10 Anos Depois*, Associação 25 de Abril, Fundação Calouste Gulbenkian, 45:48

SARRÓ, Ramon; LIMA, Antónia Pedroso, 2006, “Introdução. Já dizia Malinowski: sobre as condições da possibilidade da produção etnográfica”, Ramon Sarró; Antónia Pedroso Lima de, (eds.), *Terrenos Metropolitanos. Ensaio sobre produção etnográfica*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 17:34

SEKULA, Allan, 2004, *Reading an archive: photography between labour and capital*, Stuart, Hall; Evans, Jessica (eds) *Visual Culture: the reader*, Reino Unido, Sage/The Open University, 181:209

THOMPSON, Paul, 1993 [1983], “Historias de Vida en la Análises de Cambio Social”, Marinas, José Miguel; Santamarina, Cristina (eds), *La Historia Oral: Métodos y Experiências*, Madrid, Debate, 65:80

THOMPSON, Paul, 1989 [1978], *The Voice of the Past, Oral History*, Oxford, Nova Iorque, Oxford University Press

TRINDADE, Luís, 2004, “Os Excessos de Abril”, *História*, N.º 65, Abril, 21:31

VALCUENDE DEL RIO, José Maria; NAROTZKY, Susana, 2005, “Políticas de la Memória en los Sistemas Democráticos”, Valcuende del Rio, José Maria; Narotzky, Susana (eds.), *Las políticas de la memoria en los sistemas democráticos: poder, cultura y mercado*, Sevilha, Federación de Asociaciones de Antropología del Estado Español, Fundación El Monte, Asociación Andaluza de Antropología

YELVINGTON, Kevin A., 2002, “History, Memory and Identity: A programmatic prolegomenon”, *Critique of Anthropology*, Vol. 22 (3), Londres, Thousand Oaks, CA, e Nova Deli, Sage, 227:256

### **Fontes**

#### **Entrevistas gravadas**

Cassete n.º 5, 2000

Cassete n.º 6, 2000

Cassete n.º 9, 2000

Cassete n.º 10, 2000

Cassete n.º 28, 2002

#### **Publicações periódicas**

*Diário de Notícias*

#### **Fontes arquivísticas**

Arquivo Histórico da Rádio Difusão Portuguesa (AHD 5847 – faixa 5, 25/10/1974)